

Informativo

PHMP.COM.BR | JUNHO | 2018

JT NEGA VÍNCULO DE EMPREGO

Através de ação trabalhista ajuizada já sob a vigência da lei 13.467/2017 (lei da Reforma Trabalhista), dois sócios de uma corretora de seguros requereram o reconhecimento de vínculo de emprego com uma outra empresa atuante do mesmo ramo de corretagem de seguros, sob o argumento de que eram empregados consultores de seguros.

A Justiça do Trabalho em Brusque não reconheceu o pedido de vínculo de emprego requerido, uma vez que o

magistrado ficou convencido de que contrariamente ao alegado pelos autores, os mesmos sempre atuaram na condição de legítimos sócios da corretora de seguros. Segundo o juiz, restou inequívoco e evidente que os autores detinham total autonomia em relação à característica de sócios que efetivamente eram, e não empregados. Para chegar à conclusão da inexistência do vínculo de emprego postulado pelos sócios-autores, o juiz baseou-se no depoimento dos próprios autores e de testemunhas. Nos casos julgados, foi negada a justiça gratuita tendo sido os autores condenados ao pagamento de 15% de honorários de sucumbência, e também ao pagamento das custas processuais.



CADASTRO NO ESOCIAL É ATÉ JULHO

Médios, pequenos e microempresários e até condomínios com faturamento inferior a R\$ 78 milhões, que representam 20 milhões de pessoas jurídicas no Brasil, têm até o dia 1º de julho para aderir à primeira fase do eSocial, que será implantada gradualmente até janeiro de 2019. O eSocial é um projeto conjunto do governo federal que integra Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal, Secretaria de Previdência, INSS e Receita Federal. Já está valendo para grandes empresas. A plataforma digital reunirá informações de todos os trabalhadores do país, cerca de 44 milhões, dos setores público e privado, em um único sistema. Para transmitir as informações ao novo sistema é preciso, ainda, utilizar um certificado digital - uma assinatura com validade jurídica que garante proteção às transações eletrônicas. O eSocial já é obrigatório no país desde janeiro deste ano para as empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões. No dia 1º de julho, passará a valer para os demais empregadores.

EXECUÇÃO DE DÍVIDA DE CONTRATO DIGITAL

Assim como em diversos setores, a inovação tecnológica vem sendo também enfrentada no judiciário. A exemplo o REsp 1.495.920 em que a 3ª Turma do STJ, diferentemente do 1º e 2º graus, reconheceu a possibilidade de executar dívida fundada em contrato eletrônico com assinatura digital, mesmo ausente de testemunhas, frente a importância econômica e social dos acordos on-line cada vez mais presentes nos dias atuais.

CRIADA CÂMARA DE ARBITRAGEM BR - CN

Foi inaugurada, em 14/05/2018, a primeira câmara de mediação e arbitragem para resolver os conflitos entre empresas do Brasil e da China, composta por árbitros brasileiros e chineses e encontra-se sediada em São Paulo, SP. A mediação e a arbitragem podem ser eleitas pelas partes no momento da contratação e serve de alternativa ao Poder Judiciário. Tem como vantagens a rapidez, o sigilo e o julgamento técnico do conflito.

WORKSHOP

**GESTÃO DE
CONTRATOS**

06.06.2018 | 8h30 - 10h

Inscrições: 47 3084 4100 ou pelo
e-mail: atendimento@phmp.com.br